

Cartilha orientadora para a classificação das salas de recursos multifuncionais: diretrizes para ambientes básicos, intermediários e completos

Guidance booklet for the classification of multifunctional resource rooms: guidelines for basic, intermediate and fully-equipped environments

Guía orientadora para la clasificación de las salas de recursos multifuncionales: directrices para ambientes básicos, intermedios y completos

Ângelo Solano Negrão 

Secretaria de Educação do Tocantins, Colinas do Tocantins – TO, Brasil.

angelosolano16@gmail.com

Douglas Alencar Vieira 

Universidade Federal do Norte do Tocantins, Tocantinópolis – TO, Brasil.

douglas.alencar@ufnt.edu.br

Daniela Soares Leite 

Universidade do Estado do Pará, Marabá – PA, Brasil.

danielaleite@uepa.br

Recebido em 24 de outubro de 2025

Aprovado em 19 de janeiro de 2026

Publicado em 26 de janeiro de 2026

RESUMO

Esta pesquisa elaborou e validou uma cartilha para classificar Salas de Recursos Multifuncionais (SRM) em níveis básico, intermediário e completo, oferecendo apoio a gestores, docentes e famílias na inclusão de alunos com deficiência e altas habilidades. O método combinou diagnóstico, revisão de literatura e aplicação do Método Delphi com seis especialistas. Em escala Likert, os avaliadores atribuíram 94,4% de concordância plena à clareza do conteúdo, à relevância e ao design, e 88,9% à aplicabilidade prática, resultando em índice geral de validade de 93%, acima do parâmetro de 80–90%. As análises qualitativas sugeriram ajustes pontuais: reforço conceitual, indicadores numéricos, atividades reflexivas e versões acessíveis (Libras, áudio). A versão 1 mostrou-se clara, relevante, visualmente consistente e operacional, servindo como guia para o aprimoramento contínuo das SRM em escolas públicas da Região Norte. Recomenda-se

validar o material com especialistas de todas as macrorregiões brasileiras para ampliar sua representatividade nacional.

Palavras-chave: Autismo; Educação Inclusiva; Salas de Recursos Multifuncionais; Atendimento Educacional Especializado; Validação Delphi.

ABSTRACT

This study elaborated and validated a practical handbook for classifying Multifunctional Resource Rooms (SRMs) as basic, intermediate or complete, supporting school managers, teachers and families in the inclusive education of students with disabilities and high abilities. The methodology consisted of a needs diagnosis, a literature review, and a Delphi study with six specialists. Using a four-point Likert scale, the experts recorded full-agreement rates of 94.4% for content clarity, pertinence and layout adequacy, and 88.9% for practical applicability, resulting in an overall content-validity index of 93%, above the 80–90% benchmark commonly adopted in the literature. Qualitative feedback suggested minor refinements—enhancing conceptual explanations, adding numerical indicators, incorporating more reflective activities and offering accessible versions in Libras and audio. The pilot handbook proved clear, relevant, visually coherent and readily applicable, providing a structured route for the continuous improvement of SRMs in public schools in Northern Brazil. Future validations should involve specialists from all Brazilian macro-regions to broaden national representativeness.

Keywords: Autism; Inclusive Education; Multifunctional Resource Rooms; Specialized Educational Assistance; Delphi Validation.

RESUMEN

Este estudio elaboró y validó un manual para clasificar las Salas de Recursos Multifuncionales (SRM) en niveles básico, intermedio y completo, con el fin de ayudar a directivos, docentes y familias en la inclusión de estudiantes con discapacidad y altas capacidades. El método combinó un diagnóstico, una revisión bibliográfica y la aplicación del Método Delphi con seis especialistas. En una escala Likert, los evaluadores atribuyeron un 94,4% de total acuerdo a la claridad del contenido, a la relevancia y al diseño, y un 88,9% a la aplicabilidad práctica, lo que resultó en un índice de validez general del 93%, por encima del parámetro del 80–90%. Los análisis cualitativos sugirieron ajustes puntuales: refuerzo conceptual, indicadores numéricos, actividades de reflexión y versiones accesibles (Libras, audio). La versión 1 demostró ser clara, relevante, visualmente consistente y operacional, sirviendo como guía para la mejora continua de las SRM en las escuelas públicas de la Región Norte. Se recomienda validar el material con especialistas de todas las macrorregiones brasileñas para ampliar su representatividad nacional.

Palabras clave: Autismo; Educación Inclusiva; Salas de Recursos Multifuncionales; Atención Educativa Especializada; Validación Delphi.

1 INTRODUÇÃO

A educação inclusiva tem sido um dos pilares das políticas públicas brasileiras, pautada pelo princípio de garantir acesso, participação e aprendizagem para todos os alunos. Nesse contexto, as Salas de Recursos Multifuncionais (SRM) emergem como dispositivos fundamentais para oferecer suporte especializado a estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação (Brasil, 2010; 2020). Esses ambientes foram concebidos para complementar o ensino regular, possibilitando a eliminação de barreiras físicas, pedagógicas e atitudinais, e promovendo a autonomia e a plena participação dos alunos na vida escolar (Mantoan; Prieto; Arantes, 2023).

Por conseguinte, o desenvolvimento e a implementação das SRM estão intrinsecamente relacionados a um conjunto de normativas e diretrizes, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB – Lei nº 9.394/1996), a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) e os manuais e resoluções emanados pelo Ministério da Educação (Brasil, 1996; 2015). O "Manual de Orientação: Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais", por exemplo, orienta gestores e educadores quanto à organização, aquisição de recursos e monitoramento desses espaços, garantindo que as escolas possam oferecer condições adequadas para a formação dos alunos com necessidades especiais (Brasil, 2010).

Paralelamente, a proposta desta cartilha é, justamente, oferecer um guia prático e pedagógico que possibilite a avaliação e o aprimoramento das SRM, classificando-as em níveis, básica, intermediária e completa, com base em critérios como a infraestrutura, os recursos pedagógicos e a formação dos profissionais. Assim, busca-se facilitar a identificação das potencialidades e das carências existentes em cada sala, de modo a orientar ações de melhoria contínua que ampliem a qualidade do Atendimento Educacional Especializado (AEE).

Este trabalho enfatiza a importância dos ambientes adaptados para a promoção do desenvolvimento integral dos alunos. Ao proporcionar acesso a tecnologias assistivas, materiais didáticos diferenciados e uma equipe especializada, as SRM não apenas complementam o currículo da sala de aula comum, mas também funcionam como catalisadoras de transformações pedagógicas que favorecem a autonomia dos estudantes.

A construção desta cartilha, concebida inicialmente como produto da disciplina "Prática Supervisionada II: Intervenção Aplicada em Múltiplos Contextos", do curso de pós-graduação, se justifica como uma iniciativa que alinha teoria e prática, oferecendo subsídios para que gestores e educadores possam planejar, implementar e aprimorar os espaços destinados ao AEE. A expectativa é que seja possível promover a inclusão efetiva, contribuindo para um ambiente escolar mais democrático, acessível e inovador.

Além disso, levanta-se a hipótese que a implementação da cartilha orientadora para a classificação das SRM promoverá uma melhoria significativa na organização desses espaços, permitindo que gestores e educadores identifiquem com precisão tanto as carências quanto as potencialidades existentes. Assim, a utilização deste recurso tende a facilitar a adoção de ações de melhoria contínua, contribuindo para um atendimento educacional especializado mais inclusivo e eficaz.

A pesquisa objetivou SRM de Recursos Multifuncionais, definindo diretrizes que auxiliem na organização de ambientes básicos, intermediários e completos, de modo a apoiar a inclusão e o atendimento educacional especializado. Além disso, os objetivos específicos foram: i) elaborar o conteúdo e o design da cartilha, integrando informações fundamentadas e elementos visuais que facilitem a compreensão dos critérios para cada nível de ambiente; e ii) obter a validação quanti-qualitativa do material por meio do método Delphi, a fim de garantir que a cartilha atenda de forma eficaz às necessidades de gestores, educadores e familiares.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A evolução histórica da educação inclusiva reflete uma mudança paradigmática significativa, que passou de modelos segregacionistas e assistencialistas para abordagens que promovem o acesso, a participação e a aprendizagem de todos os alunos no ensino regular. Inicialmente, a educação era orientada por práticas que isolavam os alunos com deficiência, mas, ao longo do tempo, políticas públicas e movimentos sociais impulsionaram a transformação das escolas em ambientes que acolhem a diversidade.

Ainda, os fundamentos legais que embasam a educação inclusiva no Brasil encontram-se na LDB (Lei nº 9.394/1996) e na Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015). Essas normativas impõem que as instituições educacionais adotem medidas que garantam não só o acesso, mas também a permanência dos alunos com deficiência,

transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades no ambiente escolar regular (Brasil, 1996; 2015). Além disso, documentos oficiais, como o Manual de Orientação do Programa de Implantação de SRM, reforçam a necessidade de que as escolas adaptem suas estruturas e práticas pedagógicas para oferecer um atendimento educacional especializado que atenda às especificidades de cada aluno (Brasil, 2010).

Dentro desse contexto, o AEE desempenha um papel fundamental. Ele se configura como um complemento ao ensino regular, proporcionando recursos pedagógicos, tecnológicos e humanos que auxiliam na eliminação das barreiras para a aprendizagem. As SRM são ambientes especialmente estruturados para abrigar esse tipo de atendimento, reunindo equipamentos, mobiliário e materiais didáticos que, juntos, possibilitam uma abordagem diferenciada e personalizada. Esses espaços visam não apenas oferecer suporte técnico, mas também estimular a autonomia dos alunos, contribuindo para o desenvolvimento de suas habilidades e para a inclusão plena no ambiente escolar (Brasil, 2010; Follmann, 2022; Pansini, 2018).

Consequentemente, para o desenvolvimento de materiais educativos, a utilização de fundamentos teóricos consistentes é essencial para organizar o conteúdo de maneira progressiva, iniciando com a introdução de conceitos básicos e avançando para explicações mais detalhadas e aplicadas. Essa abordagem orienta a definição de objetivos pedagógicos claros e permite que o material seja estruturado de forma a atender às necessidades cognitivas dos usuários, garantindo que as informações sejam apresentadas de maneira coerente e escalonada. Essa estruturação cuidadosa permite que os leitores construam seu conhecimento gradualmente, desenvolvendo, ao longo do processo, uma compreensão mais completa do tema abordado (Follmann, 2022; Santos, 2017).

Portanto, a integração entre os fundamentos teóricos e a prática pedagógica é um elemento central na construção de tecnologias educacionais eficazes. Estudos anteriores têm demonstrado que a validação de recursos, realizada por meio de métodos estruturados, como o método Delphi, é capaz de aprimorar o conteúdo e a aparência de materiais educativos, tornando-os mais adequados para o público-alvo. Essa abordagem colaborativa permite a incorporação de sugestões e ajustes que refletem a expertise de profissionais com ampla experiência na área, contribuindo para o desenvolvimento de instrumentos que promovam intervenções mais seguras e eficazes, tanto no ambiente

escolar quanto na prática clínica (Antunes, 2023; Cañizares Cedeño; Suárez Mena, 2022; Marques; Freitas, 2018).

Diversas pesquisas têm evidenciado a importância da validação de conteúdos educacionais para garantir a confiabilidade e a aplicabilidade dos materiais. A literatura aponta que, quando os materiais são construídos com base em revisões integrativas da literatura e submetidos a processos de avaliação rigorosos, eles se tornam ferramentas valiosas para a promoção do conhecimento e para a melhoria das práticas de ensino (Follmann, 2022; Leite Ferreira; Quariguasi Ferreira, 2022; Silva *et al.*, 2023).

Por fim, o referencial teórico que sustenta este trabalho não se restringe apenas à análise de aspectos normativos e conceituais, mas também incorpora a discussão sobre a aplicação prática desses fundamentos na elaboração de recursos educativos. A articulação entre os marcos legais, as teorias de aprendizagem e os estudos de validação de tecnologias educacionais fornece uma base abrangente para a construção de uma cartilha que seja, ao mesmo tempo, rigorosa e acessível. Essa integração de conhecimentos reforça a importância de que os materiais educativos sejam fundamentados em evidências e validados por especialistas, garantindo que contribuam efetivamente para a promoção da educação inclusiva e para o atendimento especializado dos alunos.

Em suma, o referencial teórico deste trabalho abrange a evolução histórica e normativa da educação inclusiva, assim como o conceito e a relevância AEE e das SRM. Essa base teórica robusta sustenta a elaboração da cartilha, justificando sua importância como ferramenta de apoio no processo educativo e contribuindo para a promoção da inclusão e o desenvolvimento integral dos alunos.

3 MÉTODO

Este estudo é composto por uma natureza descritiva e exploratória. O trabalho está organizado em diversas etapas, que vão desde a revisão integrativa da literatura, para embasamento teórico, e a construção do conteúdo até o processo de validação quanti-qualitativa por meio do método Delphi (Antunes, 2023). Essa proposta metodológica visa elaborar um material que seja prático e eficaz, contribuindo para o aprimoramento das práticas de ensino e para o atendimento das necessidades dos usuários, de forma colaborativa e sensível ao contexto educacional.

3.1 Primeira etapa – embasamento na literatura

Na etapa inicial da pesquisa, foi realizado um diagnóstico que permitiu identificar as necessidades e os desafios enfrentados pelos gestores, educadores e familiares na organização das SRM. Esse diagnóstico orientou a realização de uma revisão integrativa da literatura, na qual foram analisados manuais, diretrizes e estudos científicos que abordam tanto a educação inclusiva quanto o atendimento educacional especializado (Dantas *et al.*, 2022). Essa análise permitiu extrair os elementos essenciais para a estruturação das SRM, como a definição dos espaços, a importância dos recursos pedagógicos e tecnológicos, a classificação das salas em categorias (básica, intermediária e completa) e as práticas recomendadas para garantir acessibilidade e qualidade no atendimento.

Na pesquisa, foram utilizados os seguintes descritores: Educação Inclusiva; Salas de Recursos Multifuncionais; Atendimento Educacional Especializado; Transtorno do Espectro Autista (TEA); método Delphi; Validação. As buscas realizadas nas bases SciELO, BVS/BIREME, Periódicos CAPES, PUBMED e Google Scholar garantiram o levantamento de artigos, manuais e normativas relevantes para embasar tanto a construção teórica quanto o processo de validação da cartilha.

3.2 Segunda etapa: construção da cartilha

A elaboração da cartilha iniciou-se com um diagnóstico através da literatura e de manuais das principais demandas de gestores e professores em relação às SRM, aliado ao mapeamento das exigências legais (LDB, LBI e manuais do MEC) e das boas práticas de inclusão. A partir desse levantamento definiu-se o escopo conceitual e a arquitetura pedagógica do material, distribuído em seis seções sequenciais que conduzem o leitor desde a fundamentação teórica das SRM até orientações práticas de classificação. Para cada nível, básica, intermediária e completa, foram descritos requisitos de infraestrutura, recursos pedagógicos e formação docente, complementados por exemplos ilustrados que facilitam a visualização das diferenças entre categorias (Brasil, 1996; 2010; 2015).

Paralelamente, estabeleceu-se um design instrucional que privilegia linguagem direta, tipografia de fácil leitura, cores de alto contraste e ilustrações geradas por inteligência artificial para reforçar conceitos. O checklist de 17 itens recebeu instruções claras de preenchimento e interpretação, seguido de um plano de ação que sugere etapas, fontes de

financiamento e cronogramas de melhoria. Por fim, anexaram-se modelos de formulários, QR Codes para documentos oficiais, além de referências eletrônicas que permitem atualização contínua do conteúdo, garantindo que a cartilha permaneça prática, visualmente atraente e imediatamente aplicável nas escolas.

3.3 Terceira etapa: Validação Quanti-Qualitativa do Conteúdo da Cartilha por Meio do Método Delphi

Posteriormente, o próximo passo consistiu em submeter a cartilha a um rigoroso processo de validação utilizando o método Delphi, o qual reuniu um grupo de especialistas selecionados com base em critérios como experiência, titulação e envolvimento na área de educação inclusiva e atendimento especializado. Esse processo de validação teve como objetivo obter um consenso sobre a adequação e a relevância do conteúdo apresentado, garantindo que a cartilha seja uma ferramenta eficaz para orientar a organização e a manutenção das salas de recursos multifuncionais.

3.3.1 Método Delphi

A etapa de validação pelo método Delphi constituiu uma fase fundamental para a finalização da cartilha, garantindo que o material produzido se torne uma ferramenta verdadeiramente valiosa e cumpra sua finalidade. Essa etapa foi conduzida de forma cronológica e sistemática, seguindo os seguintes passos:

Primeiro, a seleção dos especialistas. Para isso, estabelecemos critérios de elegibilidade que considerem a experiência comprovada na área de educação inclusiva e na elaboração ou avaliação de materiais educativos. Neste estudo, empregou-se a amostragem em bola de neve para selecionar os seis juízes que validaram a cartilha (Bockorni; Gomes, 2021; Carvalho, 2023). Inicialmente, identificaram-se dois profissionais com experiência comprovada em Educação Inclusiva e Atendimento Educacional Especializado, que indicaram outros colegas da sua rede de contatos. Cada novo avaliador, por sua vez, apontou outros especialistas aptos a avaliar o material, até que se formou um painel de seis especialistas cujos perfis garantiram diversidade de formação, gênero e tempo de atuação.

Em seguida, a cartilha, o checklist e o questionário de avaliação da cartilha foram enviados, por meio de Google formulário (Software de Formulários online), permitindo que

os especialistas registrassem suas impressões de modo anônimo e independente. O instrumento de avaliação continha perguntas abertas que possibilitaram aos avaliadores descrever suas percepções sobre o conteúdo, a linguagem, as ilustrações, o layout, o nível de motivação, a adequação cultural e a aplicabilidade prática do material.

Posteriormente, ao término dos registros dos avaliadores, as respostas foram cuidadosamente analisadas de maneira quanti-qualitativa, identificando-se tanto os pontos fortes quanto os aspectos passíveis de aprimoramento. As opiniões e sugestões dos especialistas foram organizadas e discutidas, evidenciando temas recorrentes e eventuais discrepâncias que orientaram a revisão do material. Esse processo permitiu uma compreensão aprofundada das percepções dos avaliadores e garantiu que a cartilha fosse alinhada às necessidades do público-alvo (Antunes, 2023; Cañizares Cedeño; Suárez Mena, 2022; Marques; Freitas, 2018).

3.3.2 Validação

O material final pode ser considerado validado quando atingir os critérios estabelecidos, garantindo que o conteúdo e a aparência da cartilha estejam adequados e sejam eficazes para o público-alvo. Os critérios de validação abordados nesta pesquisa são: a validade do conteúdo; a clareza e objetividade da linguagem; a pertinência e qualidade das ilustrações; a adequação do layout; bem como a relevância e a aplicabilidade prática do material para o público-alvo.

Para dar mais transparência ao processo de validação, adotou-se uma escala de Likert em quatro níveis (1 = discordo totalmente, 2 = discordo parcialmente, 3 = concordo parcialmente e 4 = concordo totalmente), de modo que cada especialista pudesse registrar não apenas se concordava com os itens avaliados, mas também o grau dessa concordância. Em seguida, as respostas correspondentes ao nível máximo (“4”) foram convertidas em porcentagens de concordância plena, o que possibilitou comparar de forma objetiva cada dimensão da cartilha com parâmetros consagrados na literatura.

Esse procedimento atende às recomendações de Lynn (1986), que aconselha I-CVI (Índice de Validade de Conteúdo por item) igual ou superior a 0,78 em painéis com seis ou mais avaliadores, e de Polit & Beck (2006), que sugere S-CVI/Ave (Índice de Validade de Conteúdo da Escala) mínimo de 0,90 para considerar um instrumento validado. Assim, a combinação de uma escala graduada e do cálculo de porcentagens garantiu um indicador

claro e confiável de validade de conteúdo, sem deixar de valorizar as contribuições qualitativas trazidas pelos especialistas (Lynn, 1986; Polit; Beck, 2006).

3.4 Aspectos Éticos

O estudo seguiu rigorosos preceitos éticos, obtendo aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa (Parecer nº 7.567.846) e aderindo à Resolução CNS 466/2012, com o propósito de proteger o anonimato, a confidencialidade e os direitos dos seis especialistas selecionados para o painel Delphi, todos com experiência em educação inclusiva. Os participantes receberam um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido que detalhava objetivos, riscos e a garantia de desistência, e os riscos de desconforto foram mitigados pela não coleta de dados identificáveis e pela interrupção voluntária, ao passo que os benefícios se concentram na geração de conhecimento aplicado para aprimorar as práticas inclusivas nas Salas de Recursos Multifuncionais (Brasil, 2012).

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 Elaboração da cartilha

Esta seção almeja elucidar os processos da construção final da cartilha, tal como exemplificar e expor cada etapa de sua produção. A cartilha, representada na Figura 1, foi estruturada em seis partes integradas, que guiam o leitor desde a compreensão conceitual até a aplicação prática das recomendações.

Figura 1 – Capa da Cartilha e Checklist.



Fonte: Elaborado pelo Autor.

Nota: A cartilha por extenso pode ser encontrada [online](#).

Inicialmente, apresenta-se o propósito do material, seu público-alvo e os resultados esperados, além de instruções sobre como navegar pelas diferentes partes do documento. Em seguida, dedica-se atenção ao conceito e à importância das SRM, oferecendo o embasamento legal e destacando os benefícios pedagógicos, sociais e emocionais para alunos com Transtorno do Espectro Autista e outras necessidades especiais (Brasil, 1996; 2010; 2015; 2020).

Na sequência, detalham-se os critérios de classificação em salas básicas, intermediárias e completas. Para cada nível, são descritos os requisitos de infraestrutura física (computadores, mobiliário, acessibilidade), recursos pedagógicos (materiais didáticos, jogos, tecnologias assistivas) e formação dos profissionais (capacitação inicial e continuada). Essa parte inclui exemplos ilustrados de casos reais que ajudam a visualizar as diferenças entre cada categoria. Em seguida, é apresentado o checklist de avaliação, composto por 17 itens organizados de acordo com os três níveis de complexidade. As instruções para preenchimento, interpretação dos resultados e identificação de prioridades de melhoria garantem que gestores e educadores utilizem o instrumento de forma consistente e orientada por dados (Brasil, 2010; 2020).

Em seguida, oferece um plano de ação para a melhoria das SRM, com um passo a passo para priorizar itens críticos identificados no checklist, buscar fontes de financiamento (como o Plano de Ações Articuladas e parcerias institucionais) e elaborar um cronograma de intervenções em curto, médio e longo prazos. Por fim, a cartilha reúne modelos de formulários de diagnóstico e relatório de progresso, além de referências bibliográficas, links e QR Codes que encaminham o usuário a documentos oficiais. A seguir, apresentam-se duas páginas representativas da cartilha.

4.2 Análise do Formulário de Caracterização Sociodemográfica dos Especialistas

Os seis especialistas selecionados para o painel Delphi trazem uma combinação valiosa de experiências e formações que enriquecem a avaliação da cartilha. A tabela 1 sintetiza os dados sociodemográficos dos seis especialistas participantes do painel Delphi. Com idades que variam de 33 a 61 anos, esse grupo contempla diferentes estágios de carreira, desde profissionais em início de trajetória até veteranos com décadas de atuação, o que oferece perspectivas complementares sobre as necessidades e desafios na organização das SRM. Além disso, a presença equilibrada de quatro mulheres e dois

homens amplia o alcance das discussões, garantindo que sejam consideradas tanto as nuances de gênero quanto as particularidades institucionais.

Tabela 1 – Caracterização Sociodemográfica dos Avaliadores.

VARIÁVEL	CATEGORIA	N	%
Idade (anos)	Mín.–Máx.: 33–61 Mediana: 36,5	–	–
Gênero	Mulheres	4	66,7
	Homens	2	33,3
Formação Acadêmica	Especialização	6	100
Área de Formação	Educação Inclusiva/TEA	1	16,7
	Pedagogia	1	16,7
	Educação Física	1	16,7
	Geografia	1	16,7
	Educação Especial	2	33,3
Cargo/Função Atual	Docência	3	50,0
	Gestão	1	16,7
	Outras funções correlatas	2	33,3
Tempo de Atuação Profissional	Mín.–Máx.: 6m a 41a Mediana: 11a	–	–
Tempo em Educação Inclusiva	Mín.–Máx.: 0,5a a 20a Mediana: 7,5a	–	–
Tipo de Instituição	Pública	6	100
Região de Atuação	Norte	6	100

Fonte: elaborada pelo autor

Além disso, observa-se que todos os avaliadores possuem formação de nível de Especialização em áreas diretamente relacionadas ao estudo, como Educação Inclusiva com ênfase em TEA, Pedagogia, Educação Física, Geografia e Educação Especial. Essa variedade de saberes proporciona um olhar interdisciplinar, capaz de integrar aspectos pedagógicos, técnicos e administrativos ao avaliar a clareza, a relevância e a aplicabilidade das diretrizes propostas (Mantoan; Prieto; Arantes, 2023).

Ademais, no que diz respeito ao exercício profissional, os especialistas atuam em áreas diversas, três estão atualmente na docência, dois marcaram que atualmente trabalham em cargos de gestão e dois estão em outros cargos que se correlatam com a temática. O tempo de carreira desses profissionais varia de seis meses a 41 anos (6 meses, 5 anos, 8 anos, 12 anos, 14 anos, 41 anos), e a experiência específica em educação inclusiva oscila entre 5 e 20 anos (4, 5, 5, 15, 16, 20). Nesse sentido, essa ampla amplitude

temporal reflete tanto o frescor de ideias e abordagens atuais quanto o embasamento de práticas consolidadas, fortalecendo a credibilidade das recomendações.

Por fim, destaca-se que todos os avaliadores trabalham em instituições públicas e estão distribuídos pela região Norte do país. Dessa forma, as avaliações da cartilha consideram realidades geográficas e de infraestrutura escolar específicas, o que reforça a validade do processo Delphi para a região norte. Assim, a diversidade sociodemográfica do painel contribui para um consenso mais representativo em relação à clareza, à relevância, ao design e à aplicabilidade das diretrizes apresentadas.

4.3 Análise do Questionário de Validação

Nesta seção, apresentam-se as questões formuladas para a validação da cartilha e as respostas dos seis especialistas que leram, analisaram e ofereceram contribuições ao material proposto. O questionário aborda cinco pontos de avaliação: 1- Clareza do Conteúdo; 2- Pertinência e Relevância; 3- Adequação das Ilustrações e do Layout; 4- Aplicabilidade Prática; e 5- Sugestões Gerais.

4.3.1 Clareza do Conteúdo

Para cada um desses tópicos, descrevem-se abaixo as observações e classificações atribuídas pelos avaliadores, começando pela clareza do conteúdo (Quadros 1 e 2), cujo objetivo foi verificar se os conceitos estão expostos de forma inteligível, se a linguagem é adequada ao público-alvo e se os objetivos educacionais aparecem de modo evidente. A seguir, detalham-se as respostas fornecidas pelos especialistas em cada um desses itens, destacando comentários e recomendações.

Na avaliação da dimensão clareza do conteúdo, observou-se alto grau de concordância entre os seis especialistas consultados. Quanto ao item “o material apresenta os conceitos de forma clara e compreensível”, cinco avaliadores (83,3%) assinalaram “Concordo totalmente”, enquanto um (16,7%) marcou “Concordo parcialmente”, indicando uma unanimidade generalizada, mas apontando a necessidade de pequenos ajustes pontuais na exposição de alguns conceitos (Alves; Ferrete; Santos, 2024; Barros *et al.*, 2025).

Quadro 1 – Clareza do Conteúdo

AVALIADORES	CONCEITOS CLAROS E COMPREENSÍVEIS	LINGUAGEM ADEQUADA AO PÚBLICO-ALVO	OBJETIVOS EXPLICITADOS
1	Concordo totalmente	Concordo totalmente	Concordo totalmente
2	Concordo totalmente	Concordo totalmente	Concordo totalmente
3	Concordo totalmente	Concordo totalmente	Concordo totalmente
4	Concordo parcialmente	Concordo totalmente	Concordo totalmente
5	Concordo totalmente	Concordo totalmente	Concordo totalmente
6	Concordo totalmente	Concordo totalmente	Concordo totalmente

Fonte: elaborada pelo autor

Já nos itens “a linguagem utilizada é adequada ao público-alvo” e “os objetivos educacionais do material são explicitados de maneira evidente”, todos os consultados atribuíram “Concordo totalmente”, demonstrando que não há dúvidas quanto à adequação do vocabulário empregado e à clareza com que as metas pedagógicas foram apresentadas. Esse resultado reforça que, de forma geral, o texto da cartilha atende plenamente aos critérios de clareza esperados para seu público, ao mesmo tempo em que sinaliza um foco para aprimorar ainda mais a apresentação conceitual.

Quadro 2 – Comentários adicionais sobre a clareza do conteúdo.

“O material é bem estruturado, com divisões temáticas claras (definição, objetivos, classificação das salas, checklist e recomendações). O uso de citações destacadas e listas organizadas colabora para tornar o conteúdo ainda mais compreensível. A inclusão de exemplos práticos e descrições de cada tipo de sala (básica, intermediária e completa) ajuda o leitor a visualizar e aplicar os conceitos no contexto escolar. Um pequeno ajuste que poderia ser feito seria o uso de títulos em destaque ou cores diferenciadas, para melhorar ainda mais a navegação visual do leitor.”
“Conteúdo é bem claro”
“Estrutura apropriada com linguagem técnica simplificada”
“A cartilha é uma ideia maravilhosa, mas observo na realidade de minha atuação que as secretarias de educação trabalham com evidências de número quantitativo de alunos e atendimento AEE.”
“O material está bem claro e objetivo”
“A explanação sobre o tema abordado está clara e compreensível. Sugiro que seja feita uma divisão no início do conteúdo ficou muita informação na mesma página e seja feito uso de gravuras e sugestões de materiais que possa ser construído pelo professor do AEE sendo essas uma de suas atribuições de acordo com as Diretrizes do Ministério da Educação”

Fonte: elaborada pelo autor

Os comentários adicionais confirmam que a estrutura e a organização temática da cartilha são bem recebidas, destacando-se a divisão em seções claras, o uso de listas e exemplos práticos para facilitar a compreensão. Sugestões pontuais incluem o uso de títulos em destaque ou cores diferenciadas, a inclusão de indicadores numéricos que reflitam a realidade das secretarias de educação e a quebra de blocos textuais muito densos, com apoio de gravuras e templates que auxiliem o professor de AEE a aplicar as recomendações. Esses ajustes visam reforçar a usabilidade visual e operacional do material, mantendo sua clareza e coerência pedagógica.

4.3.2 Pertinência e Relevância

Seguindo para o próximo ponto de avaliação que trata sobre a pertinência e a relevância da cartilha, esse seguimento se divide em três perguntas que tem como objetivo avaliar se o conteúdo abordado é relevante para a temática proposta, O material está atualizado em relação às informações apresentadas, os exemplos e casos apresentados são pertinentes ao contexto do público-alvo. As respostas e comentários dos avaliadores estão expostas nos Quadro 3 e 4.

Quadro 3 – Pertinência e Relevância

AVALIADORES	O CONTEÚDO ABORDADO É RELEVANTE PARA A TEMÁTICA PROPOSTA	O MATERIAL ESTÁ ATUALIZADO EM RELAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES APRESENTADAS	OS EXEMPLOS E CASOS APRESENTADOS SÃO PERTINENTES AO CONTEXTO DO PÚBLICO-ALVO
1	Concordo totalmente	Concordo totalmente	Concordo totalmente
2	Concordo totalmente	Concordo totalmente	Concordo totalmente
3	Concordo totalmente	Concordo totalmente	Concordo totalmente
4	Concordo totalmente	Concordo totalmente	Concordo totalmente
5	Concordo totalmente	Concordo totalmente	Concordo totalmente
6	Concordo totalmente	Concordo Parcialmente	Concordo totalmente

Fonte: elaborada pelo autor

Na dimensão Pertinência e Relevância, observa-se unanimidade (100%) quanto à relevância do conteúdo para o tema proposto e à pertinência dos exemplos e casos ao perfil do público-alvo. Já no item que avalia a atualização das informações, cinco especialistas (83,3%) concordaram totalmente e um (16,7%) concordou parcialmente, sinalizando que,

pode ser útil revisar ou acrescentar referências a normativas ou dados mais recentes (Brasil, 2010; 2020).

Quadro 4 – Comentários adicionais sobre Pertinência e Relevância.

“O material é altamente pertinente, especialmente no atual cenário educacional que busca fortalecer a inclusão. Ele orienta não apenas a estrutura física da SRM, mas também a atuação pedagógica, a formação profissional e a busca por recursos. A cartilha também serve como ferramenta de autoavaliação e planejamento, o que agrega valor ao seu uso prático. Reforçar ainda mais exemplos de experiências reais ou depoimentos breves de professores e alunos poderia enriquecer a conexão com o cotidiano escolar”
“Relevante o conteúdo para o público alvo- AEE”
“Coerência com o propósito”
“Nada a declarar”
“Sim”
“Sugiro que seja citado Plano de Individualizado do estudante onde são organizado todo o atendimento do aluno com deficiência e o público alvo da educação especial. E sempre fazer uso do termo estudantes com deficiência pois a sala de recursos de acordo com a lei brasileira de inclusão é para os estudantes com deficiência e não com necessidades específicas pois ficaria muito amplo.”

Fonte: elaborada pelo autor.

Os comentários reforçam o elevado grau de pertinência e relevância atribuído ao conteúdo da cartilha. Um dos especialistas destacou que o material não apenas orienta aspectos físicos das SRM, mas também subsidia a atuação pedagógica, a formação de profissionais e a busca por recursos, sugerindo ainda a inserção de depoimentos breves de professores e alunos para aproximar o guia da realidade quotidiana. Outro avaliador resumiu a experiência em “Relevante o conteúdo para o público-alvo – AEE”, enquanto outro apontou a perfeita “Coerência com o propósito”, refletindo unanimidade quanto ao alinhamento temático.

Em complemento, foi recomendada a citação do Plano Educacional Individualizado do estudante e o uso uniforme do termo “estudantes com deficiência” para conformidade legal, o que evidencia atenção aos detalhes normativos e ao rigor terminológico. Por fim, a ausência de manifestações (“Nada a declarar” e “Sim”) por parte de dois avaliadores corrobora a solidez do conteúdo, indicando que as sugestões apresentadas são pontuais e visam apenas aprimorar ainda mais a aplicabilidade e a fidelidade da cartilha aos marcos legais e às práticas de educação inclusiva.

4.3.3 Adequação das Ilustrações e Layout

No que tange as adequações das ilustrações e layout (Quadros 5 e 6), objetivou-se analisar as seguintes questões: as ilustrações utilizadas contribuem para a compreensão do conteúdo, o layout do material é organizado e facilita a leitura, a escolha de cores e fontes é apropriada e não prejudica a legibilidade.

Quadro 5 – Adequação das Ilustrações e Layout

AVALIADORES	AS ILUSTRAÇÕES UTILIZADAS CONTRIBUEM PARA A COMPREENSÃO DO CONTEÚDO	O LAYOUT DO MATERIAL É ORGANIZADO E FACILITA A LEITURA	A ESCOLHA DE CORES E FONTES É APROPRIADA E NÃO PREJUDICA A LEGIBILIDADE
1	Concordo totalmente	Concordo totalmente	Concordo totalmente
2	Concordo totalmente	Concordo totalmente	Concordo totalmente
3	Concordo totalmente	Concordo totalmente	Concordo totalmente
4	Concordo totalmente	Concordo totalmente	Concordo totalmente
5	Concordo Parcialmente	Concordo totalmente	Concordo totalmente
6	Concordo totalmente	Concordo totalmente	Concordo totalmente

Fonte: elaborada pelo autor

Na dimensão Adequação das Ilustrações e Layout, observou-se unanimidade em quase todos os itens avaliados pelos seis especialistas. Em “As ilustrações utilizadas contribuem para a compreensão do conteúdo”, cinco avaliadores (83,3%) assinalaram “Concordo totalmente” e apenas um (16,0%) optou por “Concordo parcialmente”, sinalizando que, embora as imagens sejam em geral adequadas, pode haver espaço para torná-las ainda mais alinhadas ao texto.

Já no quesito “O layout do material é organizado e facilita a leitura”, todos os seis especialistas atribuíram “Concordo totalmente”, confirmando que a estrutura gráfica e a disposição dos elementos textuais atendem plenamente às necessidades de navegação e assimilação da informação. Por fim, em “A escolha de cores e fontes é apropriada e não prejudica a legibilidade”, novamente houve concordância plena, indicando que as opções tipográficas e cromáticas adotadas asseguram conforto visual e acessibilidade, sem obstáculos à leitura. Esses resultados demonstram sólida aprovação do design visual da cartilha, ao mesmo tempo em que apontam pontos de atenção pontuais para o aprimoramento de ilustrações específicas.

Quadro 6 – Comentários adicionais sobre Adequação das Ilustrações e Layout.

"Muito bom"
"O material tem um apelo visual positivo, equilibrando informação textual com elementos gráficos. A presença de destaques em trechos estratégicos quebra a monotonia da leitura e enfatiza pontos-chave. Para aumentar ainda mais a acessibilidade, poderia-se considerar a inclusão de ícones indicativos para cada seção (ex: recursos, formação, estrutura) e uma versão com design responsivo para leitura em dispositivos móveis. Uma legenda breve nas ilustrações também pode favorecer a compreensão para todos os leitores"
"Excelente idealização imagética"
"Nada a declarar"
"As cores estão ótimas"

Fonte: elaborada pelo autor

Os comentários adicionais em relação à Adequação das Ilustrações e Layout, confirmam a avaliação majoritariamente positiva do design visual da cartilha. Um especialista resumiu em "Muito bom", enquanto outro destacou o "apelo visual positivo" e o equilíbrio entre texto e elementos gráficos, sugerindo ainda a inclusão de ícones para cada seção, legendas breves nas ilustrações e uma versão responsiva para dispositivos móveis, melhorias que reforçariam a usabilidade (Paiva; Gonçalves; Bracciali, 2021).

Outro avaliador qualificou como "Excelente idealização imagética" e, paralelamente, dois avaliadores não registraram objeções ("Nada a declarar" e "As cores estão ótimas"), indicando unanimidade quanto à eficácia cromática e tipográfica adotada. Essas contribuições apontam que, embora o layout e as cores estejam adequados, recursos adicionais de sinalização visual e adaptabilidade técnica podem elevar ainda mais o nível de acessibilidade e navegabilidade do material.

4.3.4 Aplicabilidade Prática

Nas questões que tratam sobre a aplicabilidade prática a pesquisa almejou responder a três questões bem específicas: o material oferece orientações que podem ser facilmente aplicadas na prática, as atividades propostas são viáveis e adequadas ao contexto do público-alvo, o material estimula a reflexão e a mudança de comportamento. As respostas dessa seção são apresentadas nos Quadros 7 e 8.

Na dimensão Aplicabilidade Prática, verificou-se total unanimidade entre os seis especialistas nos itens "O material oferece orientações que podem ser facilmente aplicadas na prática" e "As atividades propostas são viáveis e adequadas ao contexto do público-alvo", indicando que as instruções e exercícios da cartilha são considerados exequíveis e coerentes com a realidade das SRM.

Quadro 7 – Aplicabilidade Prática

AVALIADORES	O MATERIAL OFERECE ORIENTAÇÕES QUE PODEM SER FACILMENTE APLICADAS NA PRÁTICA.	AS ATIVIDADES PROPOSTAS SÃO VIÁVEIS E ADEQUADAS AO CONTEXTO DO PÚBLICO-ALVO.	O MATERIAL ESTIMULA A REFLEXÃO E A MUDANÇA DE COMPORTAMENTO.
1	Concordo totalmente	Concordo totalmente	Discordo totalmente
2	Concordo totalmente	Concordo totalmente	Concordo parcialmente
3	Concordo totalmente	Concordo totalmente	Concordo totalmente
4	Concordo totalmente	Concordo totalmente	Concordo totalmente
5	Concordo totalmente	Concordo totalmente	Concordo totalmente
6	Concordo totalmente	Concordo totalmente	Concordo totalmente

Fonte: elaborada pelo autor

Já no item “O material estimula a reflexão e a mudança de comportamento”, quatro avaliadores (66,7%) assinalaram “Concordo totalmente”, um (16,7%) marcou “Concordo parcialmente” e outro (16,7%) apontou “Discordo totalmente”. Esse resultado sugere que, embora a maioria reconheça o potencial transformador da cartilha, há especialistas que consideram necessário reforçar os elementos de motivação e envolvimento reflexivo, por exemplo, por meio de atividades mais interativas ou estudos de caso que provoquem discussões mais profundas, para assegurar que o leitor não apenas compreenda as recomendações, mas também se sinta envolvido em um processo de mudança efetiva (Pinho; Cassol, 2024; Souza; Santos, 2021).

Quadro 8 – Comentários adicionais sobre a Aplicabilidade Prática.

“O material se destaca por seu caráter instrucional e motivador. Ao apresentar um caminho estruturado para melhorias (com metas claras e possíveis de alcançar), ele incentiva ações concretas. Além disso, ao valorizar o papel da formação continuada, o conteúdo fortalece a profissionalização do AEE”
“Dá um norte para diferenciarmos uma sala de AEE básica para aquelas com mais recursos”
“Confere precisão ao trabalho e estimula a criatividade”
“É importante direcionar a cartilha aos gestores públicos e aos gestores escolares, visto que são eles quem preenchem o plano de adesão as salas de recursos”
“Muito bom”
“O material será muito útil para o AEE”

Fonte: elaborada pelo autor

Os comentários reforçam o caráter prático e motivador da cartilha, destacando seu formato instrucional, metas claras e ênfase na formação continuada como impulso à profissionalização do AEE. A percepção de que o guia orienta a distinção entre salas básicas e mais bem equipadas (“dá um norte para diferenciarmos uma sala de AEE básica”) e “confere precisão ao trabalho” aponta para sua efetividade operacional. Além disso, sugere-se direcionar explicitamente o material a gestores públicos e escolares, reconhecendo o papel dessas autoridades no planejamento das SRM. Por fim, a menção de que “o material será muito útil para o AEE” resume o consenso sobre sua aplicabilidade cotidiana, indicando que as instruções oferecidas podem, de fato, ser implementadas nas escolas.

4.3.5 Sugestões Gerais

Neste tópico, os especialistas aproveitaram o espaço aberto para propor melhorias que vão além dos critérios rígidos de avaliação, focando em incrementar a funcionalidade e o alcance da cartilha. Os comentários deixados por eles são apresentados no Quadro 9.

Quadro 9 – Sugestões Gerais.

“Incluir modelos práticos: Inserir exemplos de preenchimento do checklist ou modelos de planejamento da SRM pode facilitar ainda mais a aplicação. Disponibilizar links úteis: Além do QR code, incluir links diretos para legislações, programas de apoio e materiais pedagógicos digitais. Versão acessível: Criar uma versão em áudio ou com leitura facilitada (Libras, braille digital) ampliaria o alcance do material. Espaço interativo (digital): Criar um formulário digital ou aplicativo simples com o checklist pode auxiliar no monitoramento contínuo das condições da sala. O material já é muito bem elaborado; essas sugestões podem ampliar seu impacto e acessibilidade”
“Poderiam trazer proposta ou sugestão de atividades acessíveis para o público do AEE”
“Contempla a ideia dimensionar o trabalho inclusivo”
“Podem pensar em ser também uma cartilha em LIBRAS para surdos e audiodescrição para cegos”
“Muito bom”
“Que seja feita uma análise quanto ao papel do professor quanto ao AEE e todo seu trabalho fora da sala de recursos com os professores o trabalho realizado na sala de recurso alcança toda a escola”

Fonte: elaborada pelo autor

Os especialistas reforçam a ideia de que a cartilha deve oferecer não apenas informações, mas ferramentas práticas que facilitem seu uso cotidiano. Propôs-se incluir modelos práticos de preenchimento do checklist e de planejamento das SRM, além de links diretos para legislações, programas de apoio e materiais pedagógicos.

A criação de versões acessíveis (áudio, Libras, braille digital) e de um espaço interativo digital, seja por formulário online ou aplicativo, foi apontada como forma de ampliar o alcance e o monitoramento contínuo das condições das salas (Paiva; Gonçalves; Bracciali, 2021).

Também foram sugeridas atividades concretas para o público de AEE e a discussão sobre o papel do professor fora do espaço físico da SRM, indicando a necessidade de conectar o trabalho na sala de recursos ao cotidiano pedagógico de toda a escola. Essas contribuições visam transformar a cartilha em um recurso dinâmico, inclusivo e orientado para a prática efetiva do Atendimento Educacional Especializado.

Ao analisar os dados coletados junto aos seis especialistas, observou-se um forte consenso sobre a qualidade da cartilha. Na dimensão “Clareza do Conteúdo”, por exemplo, todos concordaram que a linguagem é adequada e que os objetivos estão bem explicitados, enquanto 83,3% avaliaram plenamente a exposição dos conceitos, sinalizando apenas pequenos pontos a ajustar. De modo semelhante, a “Pertinência e Relevância” e a “Adequação das Ilustrações e Layout” também alcançaram médias elevadas de concordância, 94,4% em cada caso, o que evidencia que os exemplos, o design gráfico e as referências adotadas dialogam muito bem com o público-alvo.

Já em “Aplicabilidade Prática”, embora todos tenham considerado viáveis as orientações e as atividades, 66,7 % reconheceram no material um real estímulo à reflexão, o que aponta uma oportunidade para incorporar dinâmicas mais interativas que envolvam o leitor em discussões mais profundas. Assim, ao combinar essas quatro dimensões, calculou-se um índice geral de validade de aproximadamente 93 %, superando o patamar mínimo de 80–90 % comumente exigido em estudos de validação de conteúdo (Barros *et al.*, 2025; Carvalho, 2023; Zarili *et al.*, 2021).

Portanto, esses resultados confirmam que a cartilha, em sua versão 1 e distribuição gratuita, atende de forma consistente aos critérios de clareza, relevância, design e viabilidade de aplicação. Ao mesmo tempo, indicam, de modo construtivo, áreas em que ajustes pontuais podem elevar ainda mais o potencial reflexivo e motivacional do material, tornando-o uma ferramenta cada vez mais eficaz para orientar a organização e o aprimoramento das Salas de Recursos Multifuncionais (Barros *et al.*, 2025; Carvalho, 2023; Zarili *et al.*, 2021).

4.4 Pontos fortes, limitações e sugestões de continuidade

A pesquisa destaca-se pela combinação de revisão de bases legais e validação estruturada pelo método Delphi, estratégia reconhecida por conferir robustez a materiais educativos (Alves; Ferrete; Santos, 2024; Antunes, 2023; Marques; Freitas, 2018). O painel, ainda que reduzido, reuniu especialistas com formações complementares, o que favoreceu uma análise interdisciplinar dos critérios de infraestrutura, recursos pedagógicos e formação docente. O índice geral de validade de 93 % evidencia elevada concordância em clareza, relevância, design e viabilidade, enquanto o checklist de 17 itens e o plano de ação fornecem orientações operacionais que dialogam diretamente com as recomendações do MEC para as Salas de Recursos Multifuncionais.

Apesar de os resultados da avaliação por meio do método Delphi terem indicado índices de concordância elevados, a principal limitação deste estudo está no tamanho e na composição da amostra de especialistas. Com apenas seis avaliadores, todos atuantes em instituições públicas da Região Norte, o painel oferece contribuições ricas, mas pouco representativas das diferentes realidades escolares de outras regiões do Brasil. Ademais, a estratégia de amostragem em bola de neve, embora eficiente para acessar profissionais qualificados, pode ter introduzido vieses de homogeneidade de redes de contato, limitando a diversidade de perspectivas (Bockorni; Gomes, 2021).

Outra limitação se refere ao caráter inicial da cartilha e à natureza exclusivamente quanti-qualitativa do processo de validação. Até o momento, não foram realizadas aplicações em sala de aula nem avaliações de impacto direto sobre práticas de Atendimento Educacional Especializado, de modo que a eficácia prática das recomendações ainda carece de comprovação empírica em campo.

Para aprofundar a abrangência e a validade externa, recomenda-se: (i) ampliar o painel Delphi a especialistas de todas as macrorregiões; (ii) incluir representantes de escolas particulares, organizações da sociedade civil e famílias; (iii) estudos de campo, com desenho quase-experimental, podem verificar o impacto da cartilha em indicadores de acessibilidade, satisfação docente e progresso dos alunos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A elaboração e a validação da versão 1 da cartilha para a classificação das Salas de Recursos Multifuncionais comprovaram-se um esforço consistente de integração entre

teoria e prática em educação inclusiva. Por meio de diagnóstico, revisão da literatura e aplicação do método Delphi com seis especialistas, foi possível criar um guia claro, progressivo e favorável às expectativas de gestores, educadores.

Os resultados das avaliações dos juízes evidenciaram forte concordância em critérios essenciais, clareza, relevância, adequação visual e viabilidade prática, confirmando que, em sua forma inicial, a cartilha atende satisfatoriamente às necessidades de seu público. Ao mesmo tempo, surgiram apontamentos pontuais: ajustes na exposição de conceitos, maior estímulo à reflexão e reforço de indicadores numéricos. Essas observações, alinhadas aos parâmetros de validade de conteúdo descritos, mostraram que a cartilha alcançou um índice geral de validade superior a 90 %, sugerindo sua robustez acadêmica.

Adicionalmente, as contribuições gerais dos especialistas apontaram caminhos para ampliar a operacionalidade e a inclusão, como a inserção de modelos práticos de checklists, versões em Libras e áudio, recursos interativos e relatos breves de usuários. Tais incrementos deverão fortalecer a usabilidade do guia, tornando-o ainda mais acessível e relevante para as escolas públicas principalmente da Região Norte.

Em síntese, a validação da versão 1 revelou-se amplamente satisfatória, com indicadores que superam os patamares mínimos recomendados na literatura. Para futuras pesquisas, recomenda-se expandir o alcance do Delphi, convocando especialistas de todas as macrorregiões do Brasil, a fim de enriquecer a representatividade e adaptar ainda mais o material às diversidades regionais.

Referências

ALVES, M. M. S.; FERRETE, A. A. S. S.; SANTOS, W. L. Desenvolvimento e validação de um instrumento de identificação de vulnerabilidade digital (Q-IVD) para estudantes da educação básica. **Educação em Revista**, 40, 2024 2024.

ANTUNES, M. M. **Método Delphi: um guia teórico e prático para pesquisa aplicada**. Curitiba: Editora CRV, 2023. 114 p. 6525146933.

BARROS, E. S. *et al.* Validación del Nemónico NUTRIFICO como Enfoque Nutricional y Comunicación de Noticias Difíciles en Cuidados Paliativos. **J Revista Brasileira de Cancerologia**, 70, p. e-014415, 2025.

BOCKORNI, B. R. S.; GOMES, A. F. A amostragem em snowball (bola de neve) em uma pesquisa qualitativa no campo da administração. **Revista de Ciências Empresariais da UNIPAR**, 22, n. 1, 2021.

BRASIL. Diretrizes e bases da educação nacional. CIVIL, P. d. R. C. Brasília 1996.

BRASIL. **Manual de Orientação: programa de implantação de sala de recursos multifuncionais**. Brasília: Ministério da Educação, 2010.

BRASIL. Resolução nº 466/2012 - Dispõe sobre pesquisa envolvendo seres humanos. SAÚDE, C. N. d. Brasília: Ministério da Saúde 2012.

BRASIL. Lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência. REPÚBLICA, P. d. Brasília 2015.

BRASIL. Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, inclusiva e com aprendizado ao longo da vida. EDUCAÇÃO, S. d. M. E. d. Brasília: Ministério da Educação: 124 p. 2020.

CAÑIZARES CEDEÑO, E. L.; SUÁREZ MENA, K. E. El método delphi cualitativo y su rigor científico: Una revisión argumentativa. **Sociedad & Tecnología**, 5, n. 3, p. 530-540, 07/01 2022.

CARVALHO, J. L. **A inclusão das pessoas com deficiência na educação superior do setor privado**. 2023. 188 f. (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa. Disponível em: <https://doi.org/10.34019/ufjf/te/2023/00062>.

DANTAS, H. L. L. *et al.* Como elaborar uma revisão integrativa: sistematização do método científico. **Revista Recien-Revista Científica de Enfermagem**, 12, n. 37, p. 334-345, 2022.

FOLLMANN, L. **Salas de recursos multifuncionais: uma revisão integrativa a partir de teses e dissertações**. Orientador: ZARA, R. A. 2022. 97 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Ensino, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Foz do Iguaçu. Disponível em: <https://tede.unioeste.br/handle/tede/6485>.

LEITE FERREIRA, A. S.; QUARIGUASI FERREIRA, J. A. Os benefícios da hidroterapia em crianças com transtorno espectro autista (TEA): revisão integrativa. **Saúde.com**, 18, n. 3, 10/12 2022.

LYNN, M. R. Determination and quantification of content validity. **Nursing research**, 35, n. 6, p. 382-386, 1986.

MANTOAN, M. T. E.; PRIETO, R. G.; ARANTES, V. A. **Inclusão escolar: pontos e contrapontos**. Summus editorial, 2023.

MARQUES, J. B. V.; FREITAS, D. Método DELPHI: caracterização e potencialidades na pesquisa em Educação. **Pro-Posições**, 29, 2018.

PAIVA, A. R.; GONÇALVES, A. G.; BRACCIALI, L. M. P. Desenho universal para aprendizagem e tecnologia assistiva: complementares ou excludentes? **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, p. 3034-3048, 2021.

PANSINI, F. **Salas de Recursos Multifuncionais no Brasil: para que e para quem?** 2018. 223 f. (Doutorado) - Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal do Amazonas, Manaus. Disponível em: <https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/6434>.

PINHO, S. R.; CASSOL, C. V. Metodologias ativas como proposta para a qualificação da educação especial com formação integral. **Revista Ponto de Vista**, 13, n. 3, p. 01-20, 2024.

POLIT, D. F.; BECK, C. T. The content validity index: are you sure you know what's being reported? Critique and recommendations. **Research in nursing health**, 29, n. 5, p. 489-497, 2006.

SANTOS, T. P. **Educando na diversidade : a questão da sala de recursos multifuncionais**. Orientador: REIS, M. B. d. F. 2017. 152 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Educação, Linguagem e Tecnologias (PPG-IELT), Universidade Estadual de Goiás, Anápolis. Disponível em: <http://www.bdttd.ueg.br/handle/tede/950>.

SILVA, J. R. *et al.* Os benefícios do exercício físico na saúde mental e no declínio cognitivo do idoso: uma revisão integrativa. **Revista Eletrônica Saúde Mental**, 19, 2023.

SOUZA, J. R. d. T.; SANTOS, H. G. Utilização de metodologias ativas para o processo de educação inclusiva em aulas de ciências da natureza. **Fórum de Metodologias Ativas**, 3, n. 1, p. 479-487, 2021.

ZARILI, T. F. T. *et al.* Técnica Delphi no processo de validação do Questionário de Avaliação da Atenção Básica (QualiAB) para aplicação nacional. **Saúde e Sociedade**, 30, p. e190505, 2021.



This work is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International (CC BY-NC 4.0)